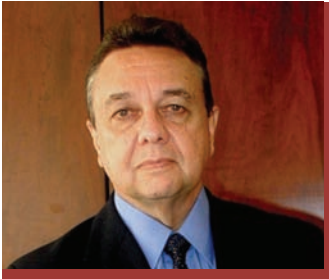


Diário de bordo

Critérios para certificação



Roberto Rodrigues*

VAI GANHANDO destaque a questão da certificação de produtos do agronegócio brasileiro.

A Iniciativa Brasileira para Criação de um Sistema de Verificação da Atividade Agropecuária, com participação de produtores, ambientalistas, consumidores e certificadores, segue seus trabalhos, ao mesmo tempo em que diferentes instituições se movimentam no mesmo sentido.

Recentemente, o tema foi tratado no Congresso da Abag, no Conselho Superior do Agronegócio da Fiesp e, no dia 4 de setembro, foi lançado por diferentes instituições, sob a liderança da Abiove e da Abag, o Ares - Instituto para o Agronegócio Responsável.

De outro lado, encontra-se em discussão no governo federal a certificação do etanol, tendo em vista os questionamentos internacionais sobre temas ambientais e sociais referentes ao produto, que poderiam dificultar seu acesso a mercados diversos.

A regulamentação da Lei dos Orgânicos, praticamente decidida, é outro elemento a exigir clareza na temática da certificação. E, por último, as recorrentes investidas dos europeus contra a nossa carne, com base em questões sanitárias, estimula a discussão da rastreabilidade, o chamado Sisbov.

Tudo isto exige urgência no debate, tendo em vista a homogeneidade dos

critérios para verificação de sistemas de produção e sua respectiva certificação, de forma a inibir a variação desses critérios, com o objetivo de conferir credibilidade ao programa brasileiro e antecipando imposições que possam vir de fora!

Nas discussões em andamento há, naturalmente, algumas divergências sobre diferentes pontos de vista entre os atores do processo.

Mas, tais divergências podem ser controladas, considerando-se que a certificação precisa ser consensuada, jamais decidida unilateralmente. Só assim será amplamente reconhecida.

Para tal, a definição dos critérios tem de ser transparente e, até se chegar à certificação, uma metodologia a seguir-se deve considerar necessariamente o equilíbrio entre os fatores fundamentais da sustentabilidade: o ambiental, o social e o econômico.

Definidos os critérios, ouvidos todos os interessados (consumidores, produtores, trabalhadores, industriais, ambientalistas, transportadores, armazenadores, bancos, academias e, necessariamente, o setor público), parte-se para a identificação dos indicadores e para o sistema de monitoramento, concluindo, então, com a certificação.

É essencial que o processo seja facultativo. E, para ser aceito amplamente, deve ter vantagens econômicas para quem a ele aderir.

De outro lado, de nada valerá se não contiver claros requisitos destinados à preservação do meio ambiente e da sanidade pública, garantindo proteção ao consumidor, sem a menor possibilidade de corrupção na verificação.

Tal desafio, embora portentoso, é absolutamente indispensável para preservar e ampliar a competitividade internacional do agronegócio brasileiro. O interesse dos produtores rurais no tema precisa ser estimulado com informações adequadas e permanentes sobre o que exigem nossos compradores. ■

* Coordenador do Centro de Agronegócio da FGV, presidente do Conselho Superior de Agronegócio da Fiesp e professor de Economia Rural da Unesp/Jaboticabal

Produzir

Terra para os quilombolas



Cesário Ramalho da Silva*

A CONSTITUIÇÃO Federal é clara, objetiva e justa em seu Artigo 68 dos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), ao estabelecer que: “Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos”.

O Decreto nº 4.887/03, “que regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o Artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias” dá ao Incra poder para encaminhar a questão.

O decreto determina que a caracterização dos quilombolas será atestada mediante “autodefinição” da própria comunidade. Quem se achar descendente de comunidades remanescentes de quilombos poderá requerer seu pedaço de terra, mesmo se nunca o ocupou ou trabalhou nele.

Na década de 90, estimava-se em 500 o número de comunidades de supostos descendentes de quilombos no Brasil. Hoje, o cálculo saltou para 2.228. O Partido da Frente Liberal, atual Democratas, ingressou, em 2004, no Supremo Tribunal Federal (STF), com a Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 3239, com objetivo de anular os efeitos jurídicos do decreto. São quatro os principais argumentos: